



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

TARDE

## TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR - ANALISTA TÉCNICO-CONTÁBIL - CONTABILIDADE

PROVA OBJETIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 2 – VERDE



### SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo 60 questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas



### TEMPO

- **3 horas e 30 minutos** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **2 horas e 30 minutos** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



### INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Será coletada a impressão digital de todos os candidatos em campo específico da lista de presença
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

**Boa sorte!**



## Língua Portuguesa

Texto – A bananeira está em perigo. Conheça as soluções. (Fragmento; adaptado)

Robusta, nutritiva e abundante, ela é a fruta mais consumida do mundo. Mas também tem um ponto fraco: as bananeiras são geneticamente idênticas, clones umas das outras. Isso significa que uma doença poderia arrasara a produção mundial. Entenda o que ameaça a banana – e a corrida para tentar salvá-la.

Por Bruno Garattoni, Renata Cardoso e Leonardo Pujol

**§1º** Carlos II, rei da Espanha entre 1665 e 1700, também era conhecido como Carlos, o Enfeitiçado. O apelido veio da aparência dele, que tinha o rosto estranhamente deformado, do seu déficit cognitivo (só começou a falar aos 4 anos de idade) e dos muitos problemas de saúde que enfrentou ao longo da vida.

**§2º** A bananeira é o oposto disso. Trata-se de uma planta robusta e viçosa, que cresce rápido e dá muitos frutos: a banana é a fruta mais consumida do mundo, com 125 milhões de toneladas produzidas por ano [...].

**§3º** Carlos II foi o resultado de uma série de casamentos consanguíneos, em que os membros da dinastia Habsburgo tiveram filhos entre si ao longo de várias gerações. [...] Mas a prática teve uma consequência terrível: os descendentes ficaram mais e mais parecidos geneticamente, e foram acumulando mutações causadoras de doenças.

[...]

**§4º** A bananeira domesticada, cujas frutas nós comemos, não tem sementes. Isso a torna muito mais agradável de consumir. E também significa que a planta se reproduz de forma assexuada: o agricultor simplesmente corta um pedaço dela e enterra em outro lugar.

**§5º** Nasce uma nova bananeira – que, eis o problema, é geneticamente idêntica à anterior. Ela não tem, como Carlos II não teve, um pai e uma mãe com genes bem diferentes, cuja mistura aperfeiçoa o DNA e ajuda a proteger contra doenças. As bananeiras são clones – por isso, um único patógeno pode exterminá-las todas.

**§6º** E já existe um: o *Fusarium oxysporum*. Trata-se de um fungo que se desenvolve no solo, e infecta as raízes das bananeiras, impedindo que elas puxem água e nutrientes.

**§7º** Após a infecção, o solo fica contaminado por mais de 30 anos, e não há nada a fazer: o *F. oxysporum* é imune a todos os agrotóxicos.

[...]

### O preço da banana

[...]

**§8º** A banana comestível teria surgido no sudoeste asiático. Acredita-se que, entre 7 mil e 5 mil a.C., os nativos da Papua-Nova Guiné teriam feito cruzamentos e domesticado as bananeiras selvagens (cheias de sementes duras, de quebrar os dentes). E voilá: desenvolveram bananeiras que produzem frutos sem sementes.

**§9º** Aqueles pontinhos pretos dentro da banana, caso você esteja se perguntando, não são sementes: trata-se de óvulos não fecundados. Isso porque os papuásios descobriram um método curioso para reproduzir a planta: bastava cortar e replantar um pedaço dela.

[...]

**§10º** Os séculos se passaram, e, à medida que as rotas comerciais foram se espalhando pelo mundo, o mesmo aconteceu com a banana [...].

**§11º** Foi quando ela chegou aos EUA, contudo, que a coisa mudou de patamar. [...] Em menos de duas décadas, os americanos já estavam comendo mais bananas do que maçãs ou laranjas. De olho nesse mercado, a Boston Fruit Company começou a comprar terras na América Central para cultivo e exportação da banana a partir de 1885.

**§12º** Criada em 1899, a United Fruit Company (UFC) – atual Chiquita Brands International – se tornou a maior empresa do setor. Era tão poderosa que, na primeira metade do século 20, mandava nos governos da Guatemala e de Honduras, onde mantinha plantações – foi daí que surgiu a expressão “república das bananas”.

[...]

**§13º** Em 1951, Juan Jacobo Árbenz Guzmán, de apenas 38 anos, foi eleito presidente da Guatemala com a promessa de fazer duas reformas: uma trabalhista e outra agrária, que garantissem salários justos e devolvessem parte da terra aos pequenos agricultores.

**§14º** A United Fruit, obviamente, não gostou. Se opôs duramente ao novo governo, e em agosto de 1953 conseguiu convencer o presidente dos EUA, Dwight D. Eisenhower, a patrocinar um golpe de estado na Guatemala.

**§15º** A operação, de codinome PBSuccess, foi organizada pela CIA – que armou, financiou e treinou 480 homens, liderados pelo coronel guatemalteco Carlos Castillo Armas, e também organizou um bloqueio naval.

**§16º** As tropas de Castillo invadiram o país em 18 de junho de 1954, o Exército não reagiu – e, nove dias depois, o presidente Guzmán acabou forçado a renunciar. A Guatemala mergulhou em uma guerra civil que duraria 36 anos. E a United retomou seu poder. [...]

Disponível em: <https://super.abril.com.br/ciencia/o-futuro-da-banana>

1

“Mas a prática teve uma consequência terrível: os descendentes ficaram mais e mais parecidos geneticamente [...]” (Texto 1, 3º parágrafo)

Manuais de estilo tendem a desaconselhar a repetição de palavras, sob a alegação de que isso prejudicaria a eufonia do texto.

Na passagem acima, porém, a repetição do advérbio “mais” desempenha a função de indicar:

- (A) ressalva;
- (B) intensidade;
- (C) progressividade;
- (D) impessoalidade;
- (E) desfavorecimento.

2

Nas alternativas abaixo, vemos, à esquerda, uma passagem do texto 1 e, à direita, essa mesma passagem reescrita com uma modificação.

O único caso em que essa modificação NÃO produz erro quanto à flexão ou grafia de uma forma verbal é:

- (A) “Trata-se de uma planta robusta e viçosa, que cresce rápido e dá muitos frutos: [...]” (2º parágrafo) -> Tratam-se de plantas robustas e viçosas, que crescem rápido e dão muitos frutos;
- (B) “A bananeira domesticada, cujas frutas nós comemos, não tem sementes.” (4º parágrafo) -> As bananeiras domesticadas, cujas frutas nós comemos, não tem sementes;
- (C) “A bananeira domesticada, cujas frutas nós comemos, não tem sementes.” (4º parágrafo) -> A bananeira domesticada, cujas frutas nós comemos, não possui sementes;
- (D) “A bananeira domesticada, cujas frutas nós comemos, não tem sementes.” (4º parágrafo) -> Na bananeira domesticada, cujas frutas nós comemos, não há sementes;
- (E) “E voilà: desenvolveram bananeiras que produzem frutos sem sementes” (8º parágrafo) -> E voilà: desenvolveu-se bananeiras que produzem frutos sem sementes.

3

“Mas também tem um ponto fraco: as bananeiras são geneticamente idênticas, clones umas das outras. Isso significa que uma doença poderia arrasar a produção mundial. Entenda o que ameaça a banana – e a corrida para tentar salvá-la.” (linha fina, situada abaixo do título)

Nas alternativas a seguir, há versões modificadas dos três períodos que compõem a passagem acima. A única modificação que acarreta erro quanto ao uso do acento grave é:

- (A) Mas também tem um ponto fraco: as bananeiras são geneticamente idênticas umas às outras;
- (B) Isso leva à conclusão de que uma doença poderia arrasar a produção mundial;
- (C) Isso significa que uma doença poderia causar prejuízos à produção mundial;
- (D) Entenda o que ameaça a banana – e o esforço para que se chegue à uma maneira de salvá-la;
- (E) Entenda o que traz ameaças à banana – e a corrida para tentar salvá-la.

4

“A bananeira domesticada, cujas frutas nós comemos, não tem sementes. Isso a torna muito mais agradável de consumir.” (4º parágrafo)

A reescritura dessa passagem que NÃO gera erro gramatical é:

- (A) A bananeira domesticada, cujas frutas nós comemos, não tem sementes. Isso torna-a muito mais agradável de consumir;
- (B) A bananeira domesticada, cujas frutas nós comemos, não tem sementes. Isso lhe torna muito mais agradável de consumir;
- (C) A bananeira domesticada, que as frutas nós comemos, não tem sementes. Isso a torna muito mais agradável de consumir;
- (D) A bananeira domesticada, cujo as frutas nós comemos, não tem sementes. Isso a torna muito mais agradável de consumir;
- (E) A bananeira domesticada, de cujas frutas nós nos aproveitamos, não tem sementes. Isso a torna muito mais agradável de consumir.

5

“A operação, de codinome PBSuccess, foi organizada pela CIA – que armou, financiou e treinou 480 homens [...] e também organizou um bloqueio naval.” (15º parágrafo)

A única reescritura do período acima que preserva todas as relações de significado da passagem original é:

- (A) A operação, de codinome PBSuccess, foi organizada pela CIA – que, além de armar, financiar e treinar 480 homens, ainda organizou um bloqueio naval;
- (B) A operação, de codinome PBSuccess, foi organizada pela CIA – que armou, a fim de financiar e treinar, 480 homens, e também organizou um bloqueio naval;
- (C) A operação, à medida que ficou conhecida como PBSuccess, foi organizada pela CIA – a qual armou, financiou e treinou 480 homens e, por conseguinte, organizou um bloqueio naval;
- (D) A operação, que ficou conhecida como PBSuccess, foi organizada pela CIA, a qual armou, financiou e treinou 480 homens, embora tenha organizado um bloqueio naval;
- (E) A operação, que teve como codinome PBSuccess, foi organizada pela CIA – que, no entanto, armou, financiou e treinou 480 homens e também organizou um bloqueio naval.

6

“Aqueles pontinhos pretos dentro da banana, caso você esteja se perguntando, não são sementes [...]” (9º parágrafo)

Tipicamente, uma oração condicional expressa uma condição que precisa ser satisfeita para que uma determinada situação seja verdadeira. Na passagem acima, porém, isso não ocorre, o que caracteriza um uso não convencional da oração condicional.

A alternativa em que se verifica um uso não convencional, análogo ao da passagem acima, da oração condicional é:

- (A) Eu, caso ganhe na loteria, darei a volta ao mundo;
- (B) Se você estiver com fome, tem comida na geladeira;
- (C) Se acaso você viesse, eu não me conteria de felicidade;
- (D) Vou ajudá-lo com essa tarefa, ainda que você não mereça;
- (E) Posso até ir com você, mas desde que você se comporte.

7

Dentre as alternativas abaixo, o único caso em que o significado do elemento sublinhado foi identificado INCORRETAMENTE é:

- (A) “Mas a prática teve uma consequência terrível: [...]” (3º parágrafo) – oposição;
- (B) “E também significa que a planta se reproduz de forma assexuada” (4º parágrafo) – modo;
- (C) “Ela não tem, como Carlos II não teve, um pai e uma mãe com genes bem diferentes [...]” (5º parágrafo) – comparação;
- (D) “As bananeiras são clones – por isso, um único patógeno pode exterminá-las todas.” (5º parágrafo) – conclusão;
- (E) “Os séculos se passaram, e, à medida que as rotas comerciais foram se espalhando pelo mundo, o mesmo aconteceu com a banana.” (10º parágrafo) – finalidade.

**8**

“Aqueles pontinhos pretos dentro da banana, caso você esteja se perguntando, não são sementes [...]” (Texto 1, 9º parágrafo)

Nessa passagem, o uso do pronome demonstrativo “aqueles” produz o efeito de:

- (A) evidenciar um equívoco dos papuásios;
- (B) exprimir concordância entre os cientistas;
- (C) expressar perplexidade quanto a uma tese;
- (D) simular proximidade entre enunciador e leitor;
- (E) levantar dúvida em relação a uma constatação.

**9**

“A banana comestível teria surgido no sudoeste asiático.” (8º parágrafo)

“A Guatemala mergulhou em uma guerra civil que duraria 36 anos.” (16º parágrafo)

Nas duas passagens acima, o futuro do pretérito exprime significados distintos.

A alternativa em que o futuro do pretérito apresenta, respectivamente, os mesmos significados observados nas passagens acima é:

- (A) O acusado alegou que a vítima teria reagido. / Ele avisou que chegaria tarde;
- (B) Se eu fosse você, não viria. / Mesmo em uma situação dramática, ele não colaboraria;
- (C) Antigamente, eu achava que estaria rico aos 30 anos. / Quem aceitaria uma proposta dessas?!
- (D) Você me ajudaria com esse problema? / Antigamente, eu achava que estaria rico aos 30 anos;
- (E) Ninguém te ajudaria, caso isso tivesse acontecido. / Naquele momento, eu não sabia que daria tudo certo.

**10**

“Os séculos se passaram, e, à medida que as rotas comerciais foram se espalhando pelo mundo, o mesmo aconteceu com a banana [...]” (10º parágrafo)

Manuais de estilo tendem a condenar o uso da expressão “o mesmo” como estratégia para retomar um elemento citado anteriormente. Há casos, porém, como na passagem acima, em que esse uso não é problemático.

A alternativa em que o emprego de “o mesmo” é análogo ao da passagem acima, e consequentemente se mostra aceitável do ponto de vista estilístico, é:

- (A) O irmão do meu amigo saiu cedo, mas o mesmo nunca tem hora para voltar;
- (B) É melhor tomar cuidado com esse carro, porque o mesmo sempre dá defeito;
- (C) O mundo se mobilizou para derrotar a covid, mas o mesmo não ocorre com as doenças tropicais;
- (D) O Carlos sempre manda mensagem para o José; o mesmo, porém, nunca demonstra gratidão;
- (E) Eu comprei um livro maravilhoso há quase duas semanas, mas o mesmo ainda não foi entregue.

**11**

No texto, predomina a função referencial, na qual o enunciador é invisibilizado e o conteúdo (ou referente) é colocado em foco.

Apesar disso, há passagens em que se pode constatar a presença da função emotiva, na qual o enunciador ganha proeminência na construção do discurso.

A única alternativa em que o elemento sublinhado NÃO é uma marca de função emotiva é:

- (A) “A United Fruit, obviamente, não gostou.” (14º parágrafo);
- (B) “Mas a prática teve uma consequência terrível: [...]” (3º parágrafo);
- (C) “E voilà: desenvolveram bananeiras que produzem frutos sem sementes.” (8º parágrafo);
- (D) “O apelido veio da aparência dele, que tinha o rosto estranhamente deformado.” (1º parágrafo);
- (E) “Nasce uma nova bananeira – que, eis o problema, é geneticamente idêntica à anterior” (5º parágrafo).

**12**

“Mas também tem um ponto fraco: as bananeiras são geneticamente idênticas, clones umas das outras.” (Texto 1, linha fina, situada abaixo do título)

Nessa passagem, os dois-pontos introduzem uma especificação.

Dentre os usos abaixo, o único em que os dois-pontos NÃO introduzem uma especificação, e sim uma explicação, é:

- (A) “E já existe um: o *Fusarium oxysporum*.” (6º parágrafo);
- (B) “Mas a prática teve uma consequência terrível: os descendentes ficaram mais e mais parecidos geneticamente [...]” (3º parágrafo);
- (C) “Isso porque os papuásios descobriram um método curioso para reproduzir a planta: bastava cortar e replantar um pedaço dela.” (9º parágrafo);
- (D) “Após a infecção, o solo fica contaminado por mais de 30 anos, e não há nada a fazer: o *F. oxysporum* é imune a todos os agrotóxicos.” (7º parágrafo);
- (E) “E também significa que a planta se reproduz de forma assexuada: o agricultor simplesmente corta um pedaço dela e enterra em outro lugar.” (4º parágrafo).

13

Nas alternativas abaixo, vemos, à esquerda, uma passagem do texto 1 e, à direita, essa mesma passagem reescrita com o acréscimo ou supressão de pelo menos uma vírgula.

O único caso em que essa alteração NÃO produz mudança substancial de significado NEM acarreta erro gramatical é:

- (A) “O apelido veio da aparência dele, que tinha o rosto estranhamente deformado [...]” (1º parágrafo) -> O apelido veio da aparência dele, que tinha o rosto, estranhamente, deformado;
- (B) “Carlos II, rei da Espanha entre 1665 e 1700, também era conhecido como Carlos, o Enfeitiçado.” (1º parágrafo) -> Carlos II, rei da Espanha entre 1665 e 1700, também era conhecido como Carlos o Enfeitiçado;
- (C) “Carlos II, rei da Espanha entre 1665 e 1700, também era conhecido como Carlos, o Enfeitiçado.” (1º parágrafo) -> Carlos II rei da Espanha entre 1665 e 1700 também era conhecido como Carlos, o Enfeitiçado;
- (D) “[...] os descendentes ficaram mais e mais parecidos geneticamente, e foram acumulando mutações causadoras de doenças” (3º parágrafo) -> Os descendentes ficaram mais e mais parecidos geneticamente e foram acumulando mutações causadoras de doenças;
- (E) “A bananeira domesticada, cujas frutas nós comemos, não tem sementes.” (4º parágrafo) -> A bananeira domesticada cujas frutas nós comemos não tem sementes.

14

A conjunção “e” apresenta, primariamente, valor aditivo. Dentre as alternativas abaixo, o único caso em que ela exhibe, adicionalmente, valor conclusivo é:

- (A) “Trata-se de uma planta robusta e viçosa [...]” (2º parágrafo);
- (B) “E já existe um: o *Fusarium oxysporum*.” (6º parágrafo);
- (C) “[...] o agricultor simplesmente corta um pedaço dela e enterra em outro lugar.” (4º parágrafo);
- (D) “Após a infecção, o solo fica contaminado por mais de 30 anos, e não há nada a fazer [...]” (7º parágrafo);
- (E) “As tropas de Castillo invadiram o país em 18 de junho de 1954, o Exército não reagiu – e, nove dias depois, o presidente Guzmán acabou forçado a renunciar” (16º parágrafo).

15

Textos produzidos em registro semiformal frequentemente apresentam usos que não obedecem às prescrições gramaticais.

Um exemplo dessa situação pode ser visto na seguinte passagem:

- (A) “Robusta, nutritiva e abundante, ela é a fruta mais consumida do mundo.” (Linha fina, situada abaixo do título);
- (B) “Isso a torna muito mais agradável de consumir.” (4º parágrafo);
- (C) “Após a infecção, o solo fica contaminado por mais de 30 anos, e não há nada a fazer: [...]” (7º parágrafo);
- (D) “A banana comestível teria surgido no sudoeste asiático.” (8º parágrafo);
- (E) “Se opôs duramente ao novo governo [...]” (14º parágrafo).

## Noções de Legislação

16

As autoridades competentes no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul estão analisando a viabilidade de criação, elevação, rebaixamento e extinção de comarcas.

Nesse contexto, considerando o disposto no Código de Organização e Divisão Judiciárias (Lei nº 1.511/1994), é correto afirmar que é requisito essencial para a criação e instalação de uma nova comarca:

- (A) extensão territorial mínima de oitocentos quilômetros quadrados;
- (B) mínimo de cinco mil eleitores inscritos;
- (C) movimento forense não inferior a quatrocentos feitos judiciais;
- (D) população mínima de cinquenta mil habitantes;
- (E) trezentas casas na sede, pelo menos.

17

De acordo com a Portaria nº 2.100, de 04.08.2021, a Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul tem por finalidade realizar os serviços auxiliares indispensáveis ao pleno desempenho das atividades jurisdicionais e administrativas do órgão de cúpula do Poder Judiciário. A referida Secretaria é integrada pela Presidência, Vice-Presidência, Corregedoria Geral de Justiça e Conselho Superior da Magistratura.

À luz do mencionado ato normativo, é correto afirmar que está na estrutura da Presidência:

- (A) o Departamento de Precatórios;
- (B) o Núcleo de Monitoramento do Perfil de Demandas;
- (C) o Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos;
- (D) o Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais;
- (E) o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos.

**18**

Joyce, estagiária junto ao Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, perguntou a Mariana, servidora ocupante exclusivamente de cargo em comissão, que trabalha no mesmo órgão, sobre a possibilidade de receber brindes e presentes no exercício de sua atividade.

Diante dessa situação hipotética, à luz do disposto na Portaria nº 2.121, de 08.11.2021, Mariana respondeu corretamente que:

- (A) a vedação relacionada ao recebimento de brindes e presentes não se aplica aos estagiários, enquanto colaboradores do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul;
- (B) é vedado o recebimento de quaisquer brindes ou presentes, ainda que não tenham valor comercial ou que sejam distribuídos por entidades sem fins lucrativos a título de divulgação;
- (C) é vedado o recebimento de brindes ou presentes, mas, caso não seja possível a devolução sem custos para o recebedor ou constrangimento perante a pessoa concedente, é necessário comunicar o fato aos órgãos competentes, para promover a doação para entidades sem fins lucrativos;
- (D) a vedação de recebimento de brindes ou presentes não se aplica àqueles que forem distribuídos por entidade de qualquer natureza por ocasião de eventos especiais ou datas comemorativas, desde que não ultrapassem o valor de 1 (um) salário-mínimo;
- (E) é vedado o recebimento de brindes ou presentes, mas, se por qualquer razão, esses não puderem ser recusados, o fato deve ser comunicado ao gestor da unidade ou comitê de compliance, a fim de que sejam adotadas as providências pertinentes para tanto.

**19**

Marcelino foi aprovado no concurso de Técnico Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul, de modo que, no ato da posse, firmou compromisso de cumprimento das normas de conduta ética.

À luz do Código de Ética dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul (Resolução nº 252, de 21.07.2021), é correto afirmar que ele assumiu o compromisso de:

- (A) atuar com assertividade e apreço pela verdade, salvo se tal atuação for contrária à pessoa interessada ou à administração;
- (B) manifestar-se em nome do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, mesmo que sem permissão da autoridade competente;
- (C) evitar assumir posição de intransigência, respeitando os posicionamentos e as ideias divergentes, sem prejuízo do dever de representar contra irregularidades;
- (D) buscar o desenvolvimento profissional e a aplicação das inovações surgidas na área de sua atuação, evitando, contudo, disseminar no ambiente de trabalho informações e conhecimentos obtidos em razão de treinamentos ou de exercício profissional;
- (E) observar os princípios e normas estabelecidos no aludido Código no âmbito de sua atuação funcional, de modo que não precisa atentar para tanto em sua atuação particular, ainda que isso possa comprometer o exercício de suas atribuições.

**20**

Diante da notícia acerca da reformulação de determinada carreira no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, Nayara ficou muito preocupada com a sua situação funcional, considerando ser servidora estável de um dos cargos que devem ser extintos.

Em razão disso, Nayara passou a perquirir as normas do Estatuto dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul (Lei nº 3.310, de 14.12.2006) acerca do tema, vindo a concluir corretamente que a extinção do cargo por ela ocupado:

- (A) deverá importar em sua exoneração, pois ela não cometeu qualquer falta funcional que pudesse ensejar a sua demissão;
- (B) não poderá importar em sua disponibilidade, por essa se tratar de penalidade aplicável a servidor que cometeu falta funcional;
- (C) deverá importar em seu aproveitamento em cargo ou padrão superior ao que ocupava anteriormente;
- (D) poderá importar em seu aproveitamento, sendo viável que esse se dê em cargo de padrão inferior ao que ocupava, situação em que ela terá direito à diferença salarial correspondente;
- (E) poderá importar em sua disponibilidade, com a mesma remuneração que percebia, independentemente de seu tempo de contribuição para a aposentadoria.

## Conhecimentos Específicos

21

O entendimento efetivo de conceitos a partir das normas e dos pronunciamentos contábeis é imprescindível para que as informações sejam relevantes e representem fidedignamente o reconhecimento e a mensuração de ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas da entidade.

Em se tratando dos preceitos das normas e dos pronunciamentos contábeis, é correto afirmar que:

- (A) a neutralidade é inconsistente com o exercício da prudência;
- (B) representação fidedigna significa representação precisa em todos os aspectos;
- (C) determinados pronunciamentos podem conter requisitos assimétricos, como, por exemplo, provisões e ativos contingentes;
- (D) prudência significa que ativos e receitas devem ser superavaliados e passivos e despesas devem ser subavaliados;
- (E) informações neutras significam informações sem nenhum propósito ou sem nenhuma influência sobre o comportamento.

22

Uma empresa comercial apresentou o seguinte controle de estoques:

	Unidades disponíveis	Unidades vendidas	Custo da unidade
Estoque inicial	100		R\$ 1,50
Venda		75	
Compra	150		R\$ 2,80
Venda		100	
Compra	50		R\$ 3,00

Considerando-se as informações apresentadas e os preceitos do CPC 16, o contador identificou que o:

- (A) custo médio ponderado foi de R\$ 2,43;
- (B) estoque final pelo critério PEPS foi de R\$ 300,00;
- (C) estoque final pelo critério do custo médio ponderado foi de R\$ 360,00;
- (D) custo total das mercadorias vendidas pelo critério do PEPS foi de R\$ 720,00;
- (E) custo total das mercadorias vendidas pelo critério do custo médio ponderado foi de R\$ 420,00.

23

Em 1º de janeiro de 2024, uma máquina comprada por R\$ 10.000 foi originalmente estimada como tendo uma vida útil de 10 anos e um valor residual de R\$ 1.000. Em 1º de janeiro de 2029 (cinco anos depois), o ativo deverá durar mais 10 anos e agora tem um valor residual de R\$ 800. Em ambas as situações, a empresa utiliza o método linear de depreciação.

Considerando-se as informações apresentadas, o contador identificou que o:

- (A) valor contábil do ativo após cinco anos será de R\$ 4.500;
- (B) *impairment* ocorreu e deve ser tratado como uma mudança de estimativa contábil;
- (C) valor depreciável após cinco anos será de R\$ 5.500;
- (D) efeito da mudança de estimativa nos resultados da empresa será uma diminuição de R\$ 470;
- (E) valor de depreciação anual durante a vida restante é de R\$ 470.

24

Uma empresa S.A. declarou um dividendo de R\$ 0,75 por ação sobre suas 500.000 ações ordinárias. O estatuto social da empresa é omissivo quanto à participação dos acionistas em relação aos dividendos, e estes em votação decidiram alterá-la para 10%.

Considerando-se as informações apresentadas e os preceitos da Lei nº 6.404/1976, a empresa deve destinar como dividendos um valor de:

- (A) R\$ 37.500;
- (B) R\$ 93.750;
- (C) R\$ 187.500;
- (D) R\$ 375.000;
- (E) R\$ 500.000.

25

Uma empresa S.A. vendeu máquinas de lavar roupa no valor de R\$ 900.000 durante o seu último mês de operações. Com base em sua experiência passada sobre a ocorrência de sinistros, prevê uma despesa de garantia estimada em 2% da receita. Durante o mês seguinte, a empresa incorre em R\$ 10.000 de mão de obra e R\$ 4.500 em gastos de materiais para reparar as garantias.

Considerando-se as informações apresentadas, o contador realizou, corretamente, o seguinte lançamento contábil:

- (A) Débito: Provisão para garantias (Passivo Circulante) R\$ 18.000  
Crédito: Provisão para garantias (DRE) R\$ 18.000;
- (B) Débito: Despesas com mão de obra (DRE) R\$10.000  
Débito: Despesas com materiais (DRE) R\$ 4.500  
Crédito: Provisão para garantias (Passivo Circulante) R\$ 14.500;
- (C) Débito: Despesas com garantias (DRE) R\$ 14.500  
Crédito: Provisão para garantias (Passivo Circulante) R\$ 14.500;
- (D) Débito: Provisão para garantias (Passivo Circulante) R\$ 14.500  
Crédito: Mão de obra a pagar (Passivo Circulante) R\$ 10.000  
Crédito: Materiais a pagar (Passivo Circulante) R\$ 4.500;
- (E) Débito: Despesas com mão de obra (DRE) R\$ 10.000  
Débito: Despesas com materiais (DRE) R\$ 4.500  
Crédito: Provisão para garantias (Passivo Circulante) R\$ 14.500.

26

Uma entidade de serviços de consultoria venceu uma disputa para fornecer serviços de consultoria a um novo cliente. Os seguintes gastos foram incorridos pela entidade para obter o contrato: honorários advocatícios para *due diligence* R\$ 15.000; custos de viagem para entregar a proposta R\$ 25.000; comissões pagas aos vendedores R\$ 10.000. Os honorários advocatícios e os custos de viagem teriam sido incorridos independentemente de a empresa ter vencido ou não, e a entidade esperava recuperar as comissões através de honorários futuros pelos serviços de consultoria. O preço contratual da consultoria foi estimado em R\$ 100.000. Com base no histórico e no conhecimento acerca da qualidade da entrega do serviço, estimou-se que existia uma probabilidade de 30% de que o valor a receber fosse de R\$ 80.000, uma probabilidade de 40% de que receberia R\$ 90.000 e, finalmente, uma probabilidade de 30% de que a empresa receberia R\$ 95.000.

Considerando-se as informações apresentadas e os preceitos do CPC 47, o contador identificou que a:

- (A) entidade reconheceu um ativo pelos custos incrementais de R\$ 10.000 referente às comissões;
- (B) estimativa da contraprestação segundo o método do valor esperado era de R\$ 90.000;
- (C) estimativa da contraprestação segundo o método do valor esperado era de R\$ 36.000;
- (D) entidade incorreu em despesas no valor de R\$ 50.000 pela obtenção do contrato;
- (E) estimativa da contraprestação segundo o método do valor esperado era de R\$ 100.000.

27

Uma empresa S.A. denominada A possui uma participação de 85% na empresa B. Em 1º de janeiro de 2024, a empresa controladora decidiu vender 50% da participação na empresa B a um terceiro pelo valor de R\$ 600.000 em dinheiro. À data da alienação, o justo valor total da empresa B era de R\$ 1.000.000. Além disso, nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa A, o valor contábil dos ativos líquidos da empresa B era de também R\$ 1.000.000, e o valor contábil da participação dos não controlados nas demonstrações financeiras da empresa A era de R\$ 100.000. Como resultado dessa transação, a empresa A perde o controle da empresa B, mas mantém a participação de 35%, avaliada naquela data em R\$ 350.000.

O ganho na alienação de 50% de participação será de:

- (A) R\$ 0,000;
- (B) R\$ 50.000;
- (C) R\$ 100.000;
- (D) R\$ 150.000;
- (E) R\$ 250.000.

28

Uma empresa S.A. de tecnologia emprega diversos pesquisadores. A equipe do projeto incorreu nos seguintes gastos:

Descrição	Valor
Projeto conceitual e avaliação de alternativas de materiais	R\$ 6.200
Seleção final de alternativas	R\$ 9.500
Construção e teste de protótipos	R\$ 70.000
Teste do sistema aperfeiçoado	R\$ 30.000
Custos indiretos de conversão de dados	R\$ 3.900
Treinamento de pessoal para operar o ativo	R\$ 14.000
Despesas de publicidade	R\$ 6.900
Despesas gerais e administrativas	R\$ 11.200

A partir dos gastos apresentados, a empresa reconheceu um ativo intangível com vida útil definida da seguinte forma: os fatores econômicos determinam que a vida útil é de 8 anos, enquanto os fatores legais determinam 5 anos. O valor residual do ativo intangível é igual a R\$ 10.000.

Considerando-se as informações apresentadas e os preceitos do CPC 04, o valor da amortização anual do ativo intangível será de:

- (A) R\$ 11.250;
- (B) R\$ 13.000;
- (C) R\$ 18.000;
- (D) R\$ 20.800;
- (E) R\$ 22.800.

29

Uma empresa S.A. do setor aéreo, que já possuía uma frota de aeronaves, arrendou mais 20 aeronaves ao valor de R\$ 2 bilhões para um prazo de 10 anos. O efeito resultou em nova conta no ativo, denominada de direito de uso, e no passivo.

Uma parcela ficou no circulante (10%) e outra, no não circulante.

Contas do Balanço Patrimonial	Antes da transação (em milhões)
Ativo Circulante	R\$ 3.690
Ativo Realizável a Longo Prazo	R\$ 3.800
Imobilizado	R\$ 1.800
Intangível	R\$ 1.016
Passivo Circulante	R\$ 4.856
Passivo Não Circulante	R\$ 2.650
Patrimônio Líquido	R\$ 2.800

Considerando-se as informações apresentadas, o contador identificou que, após a contabilização da transação, a(o):

- (A) liquidez corrente aumentou;
- (B) composição do endividamento diminuiu;
- (C) índice de imobilização do PL diminuiu;
- (D) índice de imobilização dos recursos não correntes diminuiu;
- (E) Índice de endividamento diminuiu.

**30**

Uma empresa S.A. possui um recebível com valor nominal de R\$ 240.000, a ser liquidado em 24 parcelas fixas de R\$ 10.000, o qual foi registrado na data de 01/01/24 pelo valor de R\$ 200.000. Nessa mesma data, a empresa classificou o recebível como estágio I e escolheu a abordagem geral ao invés da abordagem simplificada. Para tal categoria havia uma expectativa de perda de 3% nos próximos 12 meses e de 6% em toda a vida esperada dos ativos, já ponderado o efeito da recuperação de recebíveis inadimplidos reavidos com base nos esforços da equipe de cobrança.

Considerando-se as informações apresentadas, o contador contabilizou uma perda estimada de crédito de liquidação duvidosa de:

- (A) R\$ 6.000;
- (B) R\$ 7.200;
- (C) R\$ 12.000;
- (D) R\$ 14.400;
- (E) R\$ 40.000.

**31**

O centro de tecnologia de uma instituição pública de educação superior oferece o curso de engenharia em sete áreas diferentes. Os cursos são ofertados no mesmo prédio, com compartilhamento de salas de aulas, bibliotecas, secretaria acadêmica, laboratórios e disciplinas do ciclo básico. A partir do quarto período dos cursos, os estudantes desenvolvem suas atividades acadêmicas com professores de áreas específicas, bem como os respectivos laboratórios.

Em um processo de avaliação, diante da necessidade de apurar o custo de formação dos engenheiros de cada área, a instituição verificou a ocorrência de custos indiretos, que precisam ser apropriados por meio da utilização de bases de rateio ou direcionadores de custos.

No entanto, um custo que pode ser diretamente apropriado a cada um dos cursos refere-se a:

- (A) água e energia elétrica dos laboratórios;
- (B) depreciação do mobiliário das salas de aulas;
- (C) livros e periódicos disponibilizados na biblioteca;
- (D) salários do pessoal da secretaria acadêmica;
- (E) salários dos professores dos cursos específicos.

**32**

Uma entidade integrante da Administração Pública indireta adquiriu estoque de materiais de expediente, incluindo papel ofício, canetas, cartuchos para impressoras laser e outros, por meio de uma transação sem contraprestação, em que custeou apenas o transporte e manuseio.

Para registro de entrada desses itens, a entidade deverá mensurá-los pelo:

- (A) valor de uso;
- (B) preço presumido;
- (C) valor realizável líquido;
- (D) custo corrente de reposição;
- (E) valor justo na data da aquisição.

**33**

Em agosto de 20X2, uma entidade pública concluiu a adoção de um modelo de locação de frota de veículos de passeio para suas atividades operacionais e administrativas e tirou de operação os 42 veículos da sua frota própria, os quais estão destinados a leilão. A entidade lançou o edital de leilão em outubro de 20X3 e espera concluí-lo até o final do próximo semestre.

Nas demonstrações contábeis de 20X2, os veículos da frota própria destinados a leilão devem ser:

- (A) apresentados como operação descontinuada na demonstração das variações patrimoniais;
- (B) baixados do patrimônio em contrapartida à conta de ajustes de avaliação patrimonial;
- (C) evidenciados como ativo circulante no balanço patrimonial, no subgrupo ativo não circulante mantido para venda;
- (D) mantidos como ativo não circulante no balanço patrimonial até a sua efetiva alienação;
- (E) reavaliados e ter seus efeitos financeiros apresentados no fluxo de caixa das atividades de investimento.

**34**

À luz das disposições do Plano de Contas aplicado ao Setor Público (PCASP), o lançamento de natureza patrimonial, pelo ente público contratante, relativo ao reconhecimento da obrigação decorrente da prestação de serviços de tradutor/intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras/Língua Portuguesa):

- (A) deve ter o saldo excluído para fins de consolidação;
- (B) gera um registro credor em conta da classe 2;
- (C) limita-se à classe 5, que registra a execução do orçamento;
- (D) permite registro apenas nas classes relativas a variações patrimoniais;
- (E) resulta em um débito em conta da classe 3 e em um crédito em conta da classe 1.

**35**

O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) é um relevante instrumento para acompanhamento dos indicadores fiscais ao longo do exercício financeiro, oportunizando o controle social e a tomada de decisões tempestivas, em vista de uma gestão fiscal responsável. Com periodicidade quadrimestral, o RGF referente ao último quadrimestre do exercício deve conter anexos adicionais aos requeridos nos demais quadrimestres.

Um desses anexos adicionais refere-se a demonstrativo:

- (A) consolidado dos resultados primário e nominal;
- (B) da receita de alienação de ativos e aplicação dos recursos;
- (C) das receitas de operações de crédito e despesas de capital;
- (D) do montante da disponibilidade de caixa e dos restos a pagar;
- (E) simplificado dos limites fiscais.

**36**

A gestão patrimonial consiste em um desafio para as entidades públicas, que historicamente colocaram ênfase no controle da execução orçamentária. Para muitas entidades, a gestão do seu patrimônio é primordial para que elas atinjam seus objetivos institucionais. O processo de reavaliação de ativos pode se fazer necessário na gestão do patrimônio para se adequar o seu valor contábil.

Ao considerar a aplicação desse processo em seus ativos, uma entidade deve considerar que:

- (A) a depreciação acumulada na data da reavaliação deve ser eliminada contra o valor contábil bruto do ativo;
- (B) o valor de um ativo reavaliado será válido apenas mediante laudo técnico elaborado por perito ou entidade especializada;
- (C) os aumentos ou diminuições de reavaliação relativa a ativos individuais não devem afetar a classe à qual o ativo pertence.
- (D) um ativo ou grupo de ativos deve ser reavaliado quando o seu valor contábil justo for menor do que o valor recuperável;
- (E) os ativos de uma mesma classe devem ser reavaliados anualmente na mesma época, uma vez adotada a política de reavaliação.

**37**

Uma entidade possui uma frota de 79 veículos de passeio, com tempo médio de operação superior a 12 anos, quase completamente depreciada, e que tem acarretado um alto custo de manutenção. Esses veículos ficam localizados nas instâncias da estrutura da entidade, que demandam e operam o seu uso. A entidade fez um estudo visando à contratação de locação de uma frota de 35 veículos, que seriam geridos por uma coordenação centralizada, atendendo ao mesmo nível de demanda. Com o contrato de locação de frota, os veículos da frota própria seriam leiloados. O contrato de locação de frota tem um custo semelhante à manutenção da frota antiga.

À luz da NBC TSP Estrutura Conceitual, no caso narrado a entidade aplicou o conceito relativo a:

- (A) otimização de custos;
- (B) mensuração de ativos;
- (C) capacidade operacional;
- (D) descontinuidade operacional;
- (E) mudança de políticas contábeis.

**38**

Um parâmetro importante para o acompanhamento de indicadores e limites fiscais é a Receita Corrente Líquida (RCL), cujo desempenho pode ser acompanhado de forma detalhada:

- (A) quadrimestralmente, nos anexos do relatório de gestão fiscal;
- (B) em tempo real, por força dos dispositivos de transparência fiscal;
- (C) bimestralmente, no relatório resumido da execução orçamentária;
- (D) nas audiências públicas quadrimestrais para acompanhamento da gestão fiscal;
- (E) mensalmente, conforme decreto de programação financeira e cronograma de execução mensal de desembolso.

**39**

Durante o ciclo da execução orçamentária pode haver entraves para o cumprimento de todos os estágios de uma despesa legalmente autorizada no orçamento. Esse cenário deu origem aos restos a pagar, que consistem em despesas empenhadas, mas não pagas, até o encerramento do exercício financeiro do empenho.

Diante da necessidade de inscrever uma despesa em restos a pagar, uma entidade pública deve considerar que:

- (A) a despesa deve ter fonte de recursos de aplicação vinculada;
- (B) é necessário observar as disponibilidades financeiras e condições da legislação pertinente;
- (C) é vedada para despesas autorizadas por créditos adicionais extraordinários;
- (D) o empenho deve ter sido emitido nos últimos quatro meses do exercício;
- (E) o fato gerador da despesa deve ter ocorrido até o encerramento do exercício.

**40**

A estrutura de apresentação do Balanço Orçamentário é organizada pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) em três quadros, visando a uma apresentação mais detalhada e transparente da execução orçamentária.

Em decorrência disso, a análise da estrutura do quadro principal do Balanço Orçamentário possibilita identificar:

- (A) o montante de créditos adicionais abertos no exercício por tipo e fonte de recursos;
- (B) o montante de despesas correntes discricionárias executadas no exercício;
- (C) o percentual das receitas lançadas no exercício que foram efetivamente arrecadadas;
- (D) o superávit financeiro utilizado e valores relativos à reabertura de créditos adicionais;
- (E) os valores executados de restos a pagar processados no exercício.

**41**

Ao final do primeiro quadrimestre de um dado exercício, foram levantados os dados a seguir. Os valores estão expressos em milhões de reais (se referem a transações realizadas no referido período pela União).

Descrição da operação	Valor
Operações de mútuo	R\$ 5,00
Confissão de dívida	R\$ 13,00
Operações de crédito externas (vencimento em 5 anos)	R\$ 79,00
Operações de crédito internas (vencimento em 12 meses) autorizadas na LOA	R\$ 23,00
Aquisição financiada de bens	R\$ 16,00
Emissão de títulos pela União	R\$ 81,00
Operações de arrendamento mercantil	R\$ 7,00
Emissão de títulos de responsabilidade do Banco Central	R\$ 30,00
Operação de crédito por antecipação da receita orçamentária, conforme prazos legais	R\$ 9,00
Recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens	R\$ 12,00

Nota: Exceto quando diversamente indicado, todas as operações têm prazo superior a 12 meses.

A partir dos dados fornecidos e das definições da Lei Complementar nº 101/2000 para a dívida pública, o valor adicionado ao saldo existente da dívida pública da União representa:

- (A) R\$ 213,00 milhões;
- (B) R\$ 238,00 milhões;
- (C) R\$ 252,00 milhões;
- (D) R\$ 257,00 milhões;
- (E) R\$ 266,00 milhões.

**42**

Uma entidade integrante da Administração Pública indireta detém em seu ativo um edifício de 13 andares. A entidade ocupa parte do andar térreo, utilizada como sala de uso compartilhado para trabalho remoto de servidores, e aluga os demais andares a terceiros como estratégia de geração de receitas próprias.

Dadas as características de uso e destinação do ativo, ele deverá ser tratado contabilmente como:

- (A) estoque de imóveis para locação;
- (B) imóvel ocupado pelo proprietário;
- (C) imóvel para arrendamento financeiro;
- (D) investimento em ativos de renda;
- (E) propriedade para investimento.

**43**

O orçamento-programa é considerado um modelo mais avançado do que o orçamento por desempenho, não por ter alterado a ênfase nas realizações, mas pela sua organicidade a partir de componentes essenciais.

Um desses componentes consiste em instrumentos de integração dos esforços governamentais para atingimento dos objetivos e se refere a:

- (A) custos das ações;
- (B) metas de desempenho;
- (C) programas governamentais;
- (D) projetos de investimentos;
- (E) projetos estratégicos.

**44**

Ao elaborar o orçamento para o primeiro exercício após o fim de um período pandêmico que afetou a sua arrecadação, um estado da federação fez uma projeção conservadora das suas receitas correntes, por esperar uma retomada lenta da economia. A partir do segundo trimestre, no entanto, a arrecadação começou a superar as projeções mensais, de modo que, ao final do mês de agosto, a arrecadação superou em 14% a arrecadação prevista até o período e atingiu o montante de R\$ 16,7 bilhões, o que representa R\$ 2 bilhões acima do projetado. Considerando esse cenário, a equipe do governo avaliou abrir créditos para reforçar dotações e autorizar despesas que haviam sido deixadas de fora do orçamento.

À luz da legislação aplicável, a equipe do governo deve:

- (A) alocar o valor integral do excesso de arrecadação para abertura de créditos adicionais especiais ao orçamento;
- (B) aplicar os recursos na recomposição de dotações cujos empenhos tenham sido limitados ao longo do exercício;
- (C) considerar a tendência da arrecadação para o restante do exercício, e verificar a abertura de créditos extraordinários;
- (D) destinar os recursos, excluindo-se o valor de créditos adicionais transferidos;
- (E) reservar os recursos para suprir os passivos contingentes previstos no anexo de riscos fiscais.

**45**

No planejamento das ações governamentais consignadas no orçamento anual, a fixação da despesa é uma etapa relevante para o alcance dos objetivos prioritários da gestão.

À luz da legislação aplicável e das boas práticas de orçamentação nas entidades públicas, a fixação da despesa:

- (A) compreende a adoção de medidas em direção a uma situação idealizada, tendo em vista os recursos disponíveis;
- (B) deve retratar o histórico da execução de despesas do exercício anterior, corrigido pela variação da inflação;
- (C) é aplicada primeiramente na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- (D) pode ser alterada ao longo do exercício somente por demandas emergenciais;
- (E) tem início com a autorização dada pelo poder legislativo por meio da lei orçamentária anual.

**46**

Uma entidade autárquica integrante da administração pública federal teve o seu orçamento anual de custeio disponibilizado no montante de R\$ 280 milhões para um dado exercício financeiro, o que representa uma redução de 20% em relação ao orçamento executado no exercício anterior. Não foi disponibilizado nenhum valor para investimento. A maior parte das despesas de custeio da entidade tem caráter continuado e refere-se a contratos de prestação de serviços. Ao final do exercício, a entidade tinha R\$ 10 milhões em medições dos contratos de serviços continuados pendentes de empenho pela insuficiência de créditos orçamentários. Esse montante terá que ser pago com recursos do orçamento seguinte.

Trata-se de um caso que deve ser refreado à luz da adequada aplicação do princípio do (a):

- (A) unidade;
- (B) programação;
- (C) exclusividade;
- (D) orçamento bruto;
- (E) orçamento impositivo.

**47**

Além de dispor critérios objetivos para uma gestão fiscal responsável por parte dos gestores públicos, a Lei Complementar nº 101/2000 especifica elementos para a fiscalização da gestão fiscal. Acerca desse tema, analise os elementos a seguir.

I. Acompanhamento da destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições aplicáveis.

II. Alerta pelos tribunais de contas quando os montantes das dívidas consolidada e mobiliária de um ente ultrapassarem o respectivo limite máximo.

III. Alerta pelos tribunais de contas quando forem constatados fatos que comprometam os custos ou os resultados dos programas.

Constituem elementos para a Fiscalização da Gestão Fiscal definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal apenas:

- (A) II;
- (B) III;
- (C) I e II;
- (D) I e III;
- (E) II e III.

**48**

Ao elaborar o seu orçamento anual, as entidades públicas devem discriminar os investimentos segundo os projetos de obras e de outras aplicações, conforme disposições da Lei nº 4.320/1964.

Adicionalmente, a referida lei veda que a lei orçamentária:

- (A) aprove investimentos acima dos limites definidos para emendas parlamentares impositivas;
- (B) autorize investimentos em valor superior à estimativa de contratação de operações de crédito;
- (C) conceda créditos para investimentos a serem incorporados ao patrimônio das empresas privadas com fins lucrativos;
- (D) contenha programas de investimentos que possam impactar negativamente as metas fiscais;
- (E) fixe créditos para investimentos cuja fonte de custeio seja de receitas correntes.

**49**

A Secretaria de Estado de Infraestrutura de uma unidade da federação, em atenção a uma das prioridades elencadas no planejamento da gestão, está conduzindo um projeto de ampliação da malha rodoviária estadual para melhorar o escoamento da produção agropecuária da região, com investimentos da ordem de R\$ 79 milhões. Os investimentos serão custeados com recursos de operação de crédito legalmente autorizada. Sob a ótica da natureza da despesa, trata-se de uma despesa de capital, no grupo investimentos, modalidade de aplicação direta.

À luz das informações apresentadas e dos requisitos para classificação da despesa dispostos no Manual Técnico de Orçamento (MTO), a referida despesa deve também ser classificada:

- (A) como primária discricionária;
- (B) na função Organização Agropecuária;
- (C) como operação especial, dada a fonte de recursos;
- (D) com o IDUSO relativo a recursos destinados a contrapartidas;
- (E) como obrigatória de caráter continuado, pela necessidade de manutenção.

**50**

Para subsidiar a apuração do resultado primário, cuja meta deve ser objeto de acompanhamento da gestão fiscal, foi proposta a classificação da receita por identificador de resultado primário.

Na aplicação dessa classificação, deve-se considerar que:

- (A) a base para o identificador de resultado primário é o detalhamento das receitas por fonte/destinação de recursos;
- (B) as receitas correntes advindas dos juros de operações financeiras são tratadas como receitas primárias;
- (C) as receitas de natureza financeira em geral são tratadas como receitas primárias;
- (D) as receitas financeiras, via de regra, são aquelas que não alteram o endividamento líquido do governo;
- (E) as receitas primárias são apuradas nas mesmas bases que a receita corrente líquida.

**51**

Uma das etapas mais sensíveis do ciclo orçamentário envolve a discussão, votação e aprovação da lei do orçamento. É nessa etapa que podem ser apresentadas propostas de emendas ao projeto de lei orçamentária.

Para ser aprovada, uma proposta de emenda ao orçamento deve atender a algumas regras, entre as quais:

- (A) se referir a projetos ou atividades novos, não contemplados na proposta orçamentária;
- (B) se relacionar com a correção de erros ou omissões;
- (C) ser apresentada de forma individual ou por bancada estadual;
- (D) tratar de projetos de ações relativos a custeio ou investimento;
- (E) ter fonte de custeio prevista na lei de diretrizes orçamentárias.

**52**

Em atualizações recentes, a Constituição da República Federativa do Brasil definiu modalidades em que recursos de emendas individuais impositivas apresentadas ao PLOA da União poderão ser alocados a outros entes federativos.

Uma dessas modalidades é a transferência especial, que, entre outras regras:

- (A) exige vinculação à programação estabelecida na emenda parlamentar;
- (B) impõe a aplicação em programações finalísticas das áreas de competência do Poder Executivo do ente federado beneficiado;
- (C) ordena a aplicação de pelo menos 50% dos recursos objeto da transferência especial em despesas de capital;
- (D) requer celebração de convênio ou de instrumento congênere para o repasse dos recursos;
- (E) veda aplicação de recursos em despesas de custeio, exceto em ações e serviços públicos de saúde.

**53**

Ao elaborar o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para um dado exercício, um ente público deve atender às disposições legalmente previstas, que incluem dois anexos: o de metas fiscais (AMF) e o de riscos fiscais (ARF). As metas previstas no AMF devem ser elaboradas com base em informações fidedignas, pois consistem em parâmetros para o acompanhamento da gestão fiscal ao longo do exercício.

Em termos de conteúdo do AMF, é correto considerar que:

- (A) a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior é uma exigência apenas em cenários de déficit fiscal;
- (B) a meta de arrecadação da receita corrente líquida deve ser apresentada comparativamente com o exercício anterior;
- (C) a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos devem ser destacadas;
- (D) metas específicas relativas à dívida pública, tratadas no RGF, não são contempladas no AMF.
- (E) o resultado nominal e o resultado primário são as metas mais relevantes do AMF.

**54**

Os estágios de execução da receita pública seguem a ordem de ocorrência dos fenômenos econômicos, tendo em vista subsidiar os controles necessários para o processo de prestação de contas e responsabilização.

Na análise dos estágios de execução da receita pública, deve-se considerar que:

- (A) o lançamento das receitas orçamentárias deve obedecer ao regime de caixa;
- (B) o processo de previsão de receitas deve ser concluído apenas após a fixação das despesas prioritárias para o exercício;
- (C) os indicadores para atualização das receitas previstas em cada exercício devem ser definidos no plano plurianual;
- (D) pode haver arrecadação de receitas que não foram previstas e também que não foram lançadas;
- (E) um ente deve adotar uma única metodologia para estimar todas as receitas de um dado exercício financeiro.

**55**

Marta, servidora ocupante de cargo de provimento efetivo no estado Alfa, estava conduzindo o veículo da repartição quando, agindo com imperícia, ingressou em local proibido e atropelou Ana.

Considerando os balizamentos oferecidos pela narrativa, é correto afirmar, caso Ana almeje ingressar com a ação cabível para a reparação dos danos, que:

- (A) apenas o estado Alfa deve ser responsabilizado, devendo ser provada a culpa de Marta;
- (B) somente Marta pode ser responsabilizada, considerando o caráter culposo de sua conduta;
- (C) o estado Alfa e Marta devem ser solidariamente responsabilizados, sendo exigida a prova da culpa desta última;
- (D) pode-se optar pela responsabilização do estado Alfa ou de Marta, devendo ser demonstrada a culpa desta última no exercício funcional;
- (E) apenas o estado Alfa deve ser responsabilizado, independente da demonstração da culpa de Marta, cabendo ação regressiva contra esta última.

**56**

Ana, servidora pública ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, foi acometida de grave patologia e, em consequência, aposentada por incapacidade para o trabalho. Algum tempo depois, perícia médica atestou a plena recuperação de Ana, que estaria apta a exercer as mesmas funções que exercia anteriormente.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- (A) Ana foi regularmente aposentada, daí decorrendo o ato jurídico perfeito, com a definitividade do ato de aposentadoria;
- (B) é hipótese de aproveitamento de Ana, caso haja vaga e a aposentadoria tenha ocorrido há menos de cinco anos;
- (C) ocorrerá a reversão de Ana, considerando a insubsistência dos motivos determinantes da aposentadoria;
- (D) Ana será readaptada, considerando a alteração da situação fática que motivou a sua aposentadoria;
- (E) Ana será reconduzida ao cargo ocupado em momento anterior à aposentadoria.

**57**

No âmbito do município Alfa, estavam sendo realizados estudos visando à reforma administrativa municipal, sendo aventadas três possibilidades: (I) criar órgãos públicos despersonalizados, com competência para atuar em certas áreas; (II) ampliar o número de entes da Administração Pública indireta; e (III) criar novas secretarias municipais.

As possibilidades alvitadas nos itens I a III devem ser classificadas como exemplos, em ordem, de:

- (A) unipessoalidade, desconcentração e descentralização;
- (B) desconcentração, descentralização e desconcentração;
- (C) desconcentração, multipessoalidade e despersonalização política;
- (D) descentralização, desconcentração e multipessoalidade personalizada;
- (E) multipessoalidade despersonalizada, descentralização e despersonalização política.

**58**

Determinada temática está sujeita à competência legislativa concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal. Ao realizar essa constatação, Ana, deputada estadual que pretendia apresentar uma proposição legislativa sobre a referida temática, concluiu corretamente que:

- (A) as normas específicas editadas pelo estado preponderam sobre as normas nacionais editadas pela União;
- (B) os municípios não podem incursionar na temática, mesmo para suplementar normas da União ou do estado;
- (C) os entes federativos podem legislar livremente sobre a temática, que irá vigor no respectivo nível federativo;
- (D) a superveniência de norma geral da União, que colida com norma estadual, não revoga esta última, apenas suspende a sua eficácia;
- (E) as normas gerais editadas pelo estado devem ser observadas pelos municípios situados em seu território, mas são preteridas pelas normas gerais da União.

**59**

No processo de registro de candidaturas para determinada eleição, foi identificado que: (I) João não preencheu as condições de elegibilidade exigidas; (II) Maria foi alcançada por uma causa de inelegibilidade; e (III) Ana estava com os seus direitos políticos suspensos.

Na situação descrita na narrativa, é correto afirmar que:

- (A) em I, a cidadania está ineficaz;
- (B) em todas as situações, a cidadania foi afetada apenas em sua acepção ativa;
- (C) tanto em I como em II, a cidadania foi afetada em suas acepções ativa e passiva;
- (D) em III, a cidadania foi afetada tanto em sua acepção ativa como em sua acepção passiva;
- (E) em III, foi reconhecida a perda de nacionalidade, que comprometeu o alistamento eleitoral.

**60**

João foi acusado, pelo Ministério Público, da prática de crime contra o patrimônio, sendo-lhe aplicada pena restritiva de direitos, além da imposição do dever de reparar o dano que causara. Pouco após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, João faleceu sem deixar patrimônio para os seus dois filhos.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que os dois filhos de João:

- (A) devem cumprir a pena restritiva de direitos, além de ressarcir o dano;
- (B) devem apenas ressarcir o dano, sem cumprir a pena restritiva de direitos;
- (C) devem cumprir apenas a pena restritiva de direitos, sem ressarcir o dano;
- (D) não devem nem cumprir a pena restritiva de direitos nem ressarcir o dano;
- (E) não devem cumprir a pena restritiva de direitos, e somente devem ressarcir o valor principal do dano, sem juros.

Realização

